

RESPOSTA
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

EMPRESA: MT ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA EPP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

OBJETO: Seleção de proposta mais vantajosa sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP para futuras e parceladas locações de tendas, com montagem, desmontagem e manutenção, atendendo as Secretarias Municipais e a Assessoria de Gabinete do município de Ribas do Rio Pardo (MS), conforme especificações constantes neste edital e seus anexos.

I – DOS FATOS

A empresa **MT ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA EPP**, já qualificada nos autos, apresenta **IMPUGNAÇÃO** em face do edital da supramencionada licitação, onde demonstrou suas insatisfações quanto ao que segue:

O edital peca ao não exigir que para os itens de locação de tenda, as empresas apresentem como documento de habilitação: prova de registro ou inscrição da empresa no CREA, válido; prova de registro ou inscrição do responsável técnico no CREA, válido; e comprovação da licitante que

possui em sua equipe técnica profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram realizados, fazendo-se acompanhar, da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT.

II – TEMPESTIVIDADE

Nos termos da Lei, qualquer pessoa pode impugnar o edital em até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes das propostas. Portanto, considerando que a abertura está agendada para o dia 14/09/2022, a impugnação poderia ser apresentada até o dia 12/09/2022. Assim, tendo em vista que a insurgência da empresa foi apresentada dia 09/09/2022, ocorreu tempestivamente.

III – DOS FUNDAMENTOS

Primeiramente, mesmo que por aspectos formalísticos, cumpre salientar que toda a Administração Pública Pátria está adstrita aos princípios gerais do Direito Administrativo, estampados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** [...] (grifou-se).

Assim, os atos administrativos devem obediência aos ditames legais. Quaisquer atos administrativos não condizentes com as normas serão anulados, pela própria Administração, no uso de seu poder de autotutela, ou, ainda, pelo Poder Judiciário, na prestação da tutela jurisdicional, nos termos da Súmula 473 do STF¹.

RESPOSTA:

A – DA NÃO EXIGÊNCIA DE REGISTRADO NO CREA PARA ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS E EMISSÃO DA ART

Inicialmente, vale destacar que a licitação objeto de questionamento limita-se ao seguinte: locações de tendas, com montagem, desmontagem e manutenção.

Não obstante, a fase de habilitação tem por objetivo aferir se os particulares interessados em contratar com a Administração Pública preenchem os requisitos subjetivos mínimos capazes de gerar a presunção de que, uma vez celebrado o ajuste, terão condições de executar seu objeto de modo adequado.

¹ A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.



Neste norte, a Lei de Licitações, em seu art. 30, prescreve que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS

CEP: 79180-000

Tel.: (67) 3238-1175

www.ribasdoriopardo.ms.gov.br

Diante disso, forçoso transcrevermos as inúmeras jurisprudências relacionadas a exigência de Registro no CREA para prestação dos serviços de locação, montagem e desmontagem de tendas:

ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. ATIVIDADE BÁSICA. COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS. ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, **MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES**. REGISTRO JUNTO AO CREA. **DESNECESSIDADE**. 1. Nos termos do artigo 1º da Lei 6.839/80, que trata do registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, o critério para a exigência de inscrição no órgão de classe é a atividade básica desenvolvida pela empresa. 2. Empresa que comercializa materiais elétricos e eletrônicos, equipamentos de informática e suprimentos, acessórios para veículos automotores e aparelhos de iluminação e som, bem como presta serviços para festas e eventos, entres os quais, locação de equipamentos de som e iluminação, telões, etc, **bem como atividades de montagem e desmontagem de instalações metálicas, andaimes e outras estruturas temporárias, não se enquadram**



na categoria de serviços de engenharia, não precisa registrar-se no CREA.

(TRF-4 - AC: 50041653020184047015 PR 5004165-30.2018.4.04.7015, Relator: ROGERIO FAVRETO, Data de Julgamento: 24/09/2019, TERCEIRA TURMA)

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. **MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS. REGISTRO E RESPONSÁVEL TÉCNICO JUNTO AO CREA. NÃO NECESSIDADE.** *A atividade de montagem de estruturas metálicas (arquibancadas) não configura hipótese elencada no art. 7º da Lei 5.194/66 que descreve as atividades e atribuições de engenheiros. Precedentes deste Tribunal.*

(TRF-4 - AC: 50015316320154047210 SC 5001531-63.2015.4.04.7210, Relator: CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, Data de Julgamento: 27/09/2017, QUARTA TURMA)

Fica evidente que não comporta legalidade a exigência de Registro no CREA para execução de serviços de instalação de estruturas metálicas (tendas), pois não se enquadra na categoria de serviços de engenharia.

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS

CEP: 79180-000

Tel.: (67) 3238-1175

www.ribasdoriopardo.ms.gov.br

Na mesma linha, em sede de Apelação Cível 2004.34.00.040922-8/DF a relatora do processo, desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, **afirmou que a montagem de uma tenda de circo não caracteriza exercício ilegal de engenharia até porque a atividade é simples e não demanda conhecimentos técnicos.**

Assim, caso a Administração optasse por seguir a impugnação apresentada pela empresa, neste momento sim estaria realizando um ato ilegal, com o fito de restringir irregularmente a competitividade do certame.

Destarte, resta-se demonstrado que a Administração Pública está estritamente vinculada ao objeto do edital para exigir a capacidade operacional das empresas.

Por oportuno, a Administração Pública Municipal fez prever em seu Termo de Referência instrumentos capazes de garantir a correta e segura execução dos serviços, conforme estipula o item 4.7 do Termo de Referência:

4.7. Os serviços de instalação, desinstalação e manutenção deverão ser executados por profissionais capacitados seguindo todas as normas de segurança que a legislação atual requer.

Não obstante, o item 5.1 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA do TR também relaciona que:

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo
Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS
CEP: 79180-000
Tel.: (67) 3238-1175
www.ribasdoriopardo.ms.gov.br



e) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo responsável da CONTRATANTE, nos termos da legislação em vigor; (art. 70, da Lei nº 8.666/1993)

Finalmente, entendemos que o Edital da presente licitação encontra-se regular e capaz de atender a necessidade municipal com segurança, sem, contudo, restringir a competitividade com exigências indevidas, garantindo a ampla concorrência.

No mérito, pelo **INDEFERIMENTO** do pedido proferido pela empresa.

Ribas do Rio Pardo – MS, 12 de setembro de 2022.

EDUARDO ARTHUR DE MORAIS
Pregoeiro


SUELEN MACHADO DE OLIVEIRA
Equipe de Apoio


LORENA CEZARINA DA SILVA
Equipe de Apoio

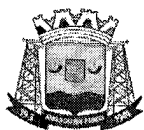
Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS

CEP: 79180-000

Tel.: (67) 3238-1175

www.ribasdoripardo.ms.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL

RIBAS DO RIO PARDO

Matheus Bolis Fatin
Assessoria de Gabinete

Manoel Aparecido dos Anjos
Secretário de Administração e
Governo

Marcos André de Melo
Secretário de Saúde

Jaqueline Pereira Arimura
Secretária de Assistência Social

Nizael Flores de Almeida
Secretário de Educação

Lucien Roberto G. de Rezende
Secretário de Desenvolvimento Econômico

Nadja de Lima Matias
Secretária de Finanças

Luiz Carlos dos Santos
Secretário Municipal de Obras

Antonio Celso R. da S. Junior
Secretário da Juventude, Esporte e
Lazer

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS

CEP: 79180-000

Tel.: (67) 3238-1175

www.ribasdoriopardo.ms.gov.br